

Ambiente

Funcionários do Ibama param as fiscalizações de campo

— Decisão tem impacto direto nas ações de combate ao desmate, garimpo ilegal e incêndios florestais; governo diz manter negociação

ROBERTA JANSEN

Servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) anunciaram ontem paralisação das atividades de fiscalização da instituição. Sem atividades de campo, fica diretamente comprometida a fiscalização de desmatamento na Amazônia, das terras indígenas como a Yanomami, e do garimpo ilegal. Também fica paralisada a prevenção e o combate a incêndios florestais. Os servidores pedem um posicionamento do governo federal sobre melhorias nas condições de trabalho, reajuste salarial e reestruturação da carreira de especialista em meio ambiente. O governo, em contrapartida, alega que mantém mesa permanente de negociação com os servidores.

Em carta endereçada ao presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, os funcionários destacaram a importância do trabalho de campo no combate ao desmatamento. A declaração conta com a assinatura de

1.200 funcionários (de um total de 2.838). A decisão sobre a paralisação, com a manutenção de só de serviço burocrático, informa o documento, "é uma resposta direta à falta de ação e suporte efetivo aos servidores e às missões críticas que desempenhamos". "Esta suspensão das atividades externas certamente terá impactos significativos na preservação do meio ambiente e atribuímos isso aos dez anos de total abandono da carreira do serviço público que mais sofreu assédio e perseguição ao longo do governo anterior (*do ex-presidente Jair Bolsonaro*) e ainda não foi definitivamente acolhida e valorizada pelo atual", afirma um trecho da carta.

No fim do ano passado, o Ministério da Gestão e Inovação firmou um acordo para reajustes salariais dos servidores da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, com aumentos que podem superar os 20%. “Estamos esperando um posicionamento do governo há mais de dois meses”, afirmou o presidente da Associação



Prevfogo tem 2.108 brigadistas para atuar em 30 milhões de hectares

ção Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema), Cleberson Carneiro Zavaski.

SEM PRAZOS. Em nota, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima diz que a “reestruturação das carreiras ambientais é uma prioridade”, mas não apresenta prazos para atender aos pedidos. “O MMA está em diálogo com o MGI (Ministério da Gestão e Inova-

ção) para que seja apresentado um cronograma das próximas etapas de negociação com servidoras e servidores do ministério, do Ibama, do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e do SFB (Serviço Florestal Brasileiro)."

Já o Ministério da Gestão e Inovação informou, também em nota, que “reinstalou, no começo de 2023, a mesa permanente de negociação com os

servidores públicos. O primeiro acordo fechado foi de reajuste linear de 9% para todos os servidores, inclusive para os do Ibama, além do aumento de 43% no auxílio alimentação". O ministério informa ainda que, no segundo semestre, "terá início o debate sobre reajuste para o ano de 2024". "Como parte desse processo foram abertas 21 mesas específicas para tratar de carreiras."

ESTRUTURA INSUFICIENTE. No último ano, o Brasil passou por uma seca sem precedentes na Amazônia. O governo Lula foi criticado pela falta de eficiência nas medidas de resposta à crise. Na ocasião, o Executivo

As reivindicações
Sindicato cobra condições
de trabalho e reajuste;
PF e PRF conseguiram
aumento recentemente

foi cobrado pelo Ministério Público Federal acerca das medidas adotadas. Como o **Estado** mostrou, a estrutura do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), divisão do Ibama que cuida do combate a incêndios, é mínima. O órgão federal tem só 2.108 brigadistas para atuar diretamente em uma área de 30 milhões de hectares em todo o País. Ou seja: um agente do Prevfogo, na média, para cada área equivalente a 13,1 mil campos de futebol. O próprio presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, admitiu ao **Estado** que a estrutura é insuficiente. ●

'Falta estrutura para conter eventos climáticos extremos'

ENTREVISTA

Marina Grossi

Economista e especialista em sustentabilidade

PAULA FERREIRA

Uma das áreas mais críticas no País nos últimos anos, o Ministério do Meio Ambiente voltou a caminhar rumo a uma política ambiental eficiente, mas ainda precisa lidar com incongruências dentro do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em entrevista ao **Estadão**, a economista e especialista em sustentabilidade Marina Grossi afirma que após colher bons

índices de redução do desmatamento na Amazônia, a ministra Marina Silva terá a missão de, neste ano, avançar nos planos setoriais de adaptação climática, no desenvolvimento de políticas de incentivo à bioeconomia, e melhorar a articulação e governança com outras pastas do governo.

Como avalia o primeiro ano de gestão no Ministério do Meio Ambiente?

O Brasil tem vantagens comparativas, uma matriz limpa, grande biodiversidade, é um país megadiverso, várias fontes de energia. Mas elas não se tornavam vantagens competitivas. Para as vantagens comparativas virarem vantagens competitivas era necessário

que o País entendesse que isso era algo importante. As empresas já falavam isso, o setor produtivo já falava isso há muito tempo. Era preciso também o desmatamento ser reconhecido como algo a ser combatido. Ter um governo que coloca como bandeira a sustentabilidade, coloca o plano de Transformação Ecológica como algo que deve ser representação do País para a questão, é muito bom porque ganhamos a chance de transformar isso em vantagens competitivas para esse mundo da geopolítica que, na verdade, não tem ideologia.

**Tivemos uma seca históri-
ca na Amazônia e o gover-
no federal patinou no com-
bate. Estamos desprepara-
dos para enfrentar eventos
climáticos extremos?**

Estamos despreparados. A gente já vive questões de adaptação que são emergenciais. Vejo a possibilidade de uma série de mecanismos inovadores que a gente pode estar avançando, mas é onde a gente ainda não está preparado. As em-

presas já estão começando a contar no seu mapa de riscos essa questão. Esses eventos climáticos extremos são o novo normal. Eu vejo muita vontade de prefeitos e governadores.

“Todas essas tragédias são anunciadas e só estão piorando. Acho que não estamos preparados, poucas são as cidades que têm isso incorporado”

Falta liderança do governo federal no sentido de orientar essas cidades a construir esses planos?

O que o governo pode fazer é orientar, o BNDES facilitar algumas linhas direcionadas para isso. Cabe avanços nessa área. Mas vejo que a percepção de que não estamos preparados e temos de avançar é uma preocupação no Ministério do Meio Ambiente. A adaptação precisa acontecer e eles estão buscando correr atrás.

Vimos que houve uma redu-

**ção expressiva do desmata-
mento na Amazônia, mas a
destruição no Cerrado se-
gue em alta.**

Está longe de estar resolvida a questão da criminalidade na Amazônia, inclusive o desmatamento lá está ligado com a criminalidade e é um grande desafio, mas o desmatamento no Cerrado é inclusive o desmatamento legal. É preciso implementar o Código Florestal, construir alternativas econômicas para essa questão.

Atualmente temos uma média de um servidor que atua no combate a incêndios para uma área do tamanho de 13 mil campos de futebol. Como garantir a proteção dos biomas nessas condições?

Tem de mudar essa condição. Tem de estruturar esses órgãos todos. Tanto no lado de pesquisa quanto de comando e controle todos eles têm de estar revigorados. *(Esse dado)* mostra que não estamos preparados, temos de avançar nisso. Por isso acho que apontar qual a direção e de que maneira será feito é importante. ●